



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 08 / 02 / 07  
Márcia Cristiane Pereira Garcia  
Mat. Supl. 0117502

CC02/C01  
Fls. 146

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES**  
**PRIMEIRA CÂMARA**

---

<b>Processo nº</b>	10920.002673/2005-99
<b>Recurso nº</b>	135.883 Voluntário
<b>Matéria</b>	PIS e Cofins - Multa Isolada
<b>Acórdão nº</b>	201-79.795
<b>Sessão de</b>	08 de novembro de 2006
<b>Recorrente</b>	AB PLAST MANUFATURADOS PLÁSTICOS LTDA.
<b>Recorrida</b>	DRJ em Florianópolis - SC

---

MF - Segundo Conselho de Contribuintes  
Publicado no Diário Oficial da União  
de 23 / 02 / 07  
Rubrica

Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário

Data do fato gerador: 30/11/2003, 31/12/2003,  
31/01/2004, 29/02/2004

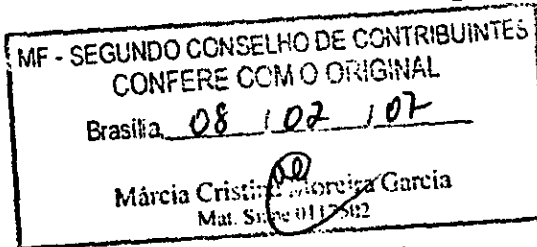
Ementa: DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO.  
CRÉDITOS DISCUTIDOS EM AÇÃO JUDICIAL.  
INFORMAÇÃO FALSA. MULTA QUALIFICADA.

A apresentação de Declaração de Compensação de créditos discutidos em ação judicial, desprovidos de liquidez e certeza (inexistentes de fato), omitindo-se tal fato na declaração, com o intuito de evitar a informação sobre a inexistência de trânsito em julgado, que impediria a transmissão da declaração, caracteriza-se como fraude, ensejando a aplicação da multa isolada qualificada sobre o montante dos tributos e contribuições irregularmente compensados.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Processo n.º 10920.002673/2005-99  
Acórdão n.º 201-79.795



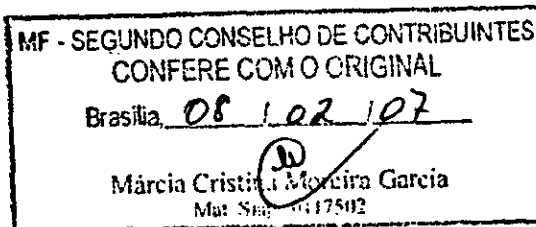
CC02/C01  
Fls. 147

ACORDAM os Membros da PRIMEIRA CÂMARA do SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Esteve presente ao julgamento a Dra. Denise da Silveira Peres de Aquino, advogada da recorrente.

*Josefa Maria Coelho Marques*  
JOSEFA MARIA COELHO MARQUES  
Presidente

  
JOSÉ ANTONIO FRANCISCO  
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Walber José da Silva, Gileno Gurjão Barreto, Maurício Taveira e Silva, Fernando Luiz da Gama Lobo D'Eça, Fabiola Cassiano Keramidas e Antonio Ricardo Accioly Campos (Suplente).



## Relatório

Trata-se de recurso voluntário (fls. 119 a 129) apresentado em 25 de janeiro de 2006 contra o Acórdão nº 7.087, de 9 de dezembro de 2005, da DRJ em Florianópolis - SC (fls. 108 a 116), do qual foi dada ciência à interessada em 28 de dezembro de 2005, que considerou procedente o lançamento, no tocante a auto de infração de multa isolada agravada sobre PIS, lavrado em 23 de agosto de 2005, relativamente aos períodos de novembro de 2003 a fevereiro de 2004, nos seguintes termos:

*“Assunto: Normas Gerais de Direito Tributário*

*Data do fato gerador: 30/11/2003, 31/12/2003, 31/01/2004, 29/02/2004*

*Ementa: Lançamento de Ofício. Multa Aplicável*

*As multas de ofício não possuem natureza confiscatória, constituindo-se antes em instrumento de desestímulo ao sistemático inadimplemento das obrigações tributárias, atingindo, por via de consequência, apenas os contribuintes infratores, em nada afetando o sujeito passivo cumpridor de suas obrigações fiscais.*

*A exigência de multa de ofício, processada na forma dos autos, está prevista em normas regularmente editadas, não tendo o julgador administrativo competência para apreciar arguições de ilegalidade e/ou inconstitucionalidade contra a sua cobrança.*

**MULTA QUALIFICADA. APLICAÇÃO DIANTE DA COMPENSAÇÃO COM CRÉDITOS INEXISTENTES. VALORES NÃO PASSÍVEIS DE COMPENSAÇÃO. FRAUDE.**


*Constatado que o instituto da compensação foi utilizado de forma fraudulenta, cabível a Multa prevista no inciso II do art. 44 da Lei 9.430/96.*

*Lançamento Procedente”.*

Segundo o relatório fiscal (fls. 72 a 79), a interessada apresentou Declarações de Compensação, em análise no Processo Administrativo nº 10920.000213/2005-26, relativamente a créditos inexistentes de fato, o que representaria, nos termos do Ato Declaratório Interpretativo nº 17, de 2002, evidente intuito de fraude. A conduta da interessada estaria assim definida no art. 72 da Lei nº 4.502, de 1964, por objetivar “evitar ou diferir” o pagamento de tributo.

No recurso, alegou a interessada que os créditos seriam legítimos, pelos mesmos fatos expostos no recurso relativo à não homologação das declarações de compensação.

Quanto à multa isolada, alegou que seria exorbitante e de caráter confiscatório, citando acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região a respeito de multa administrativa prevista na legislação previdenciária. Segundo a interessada, a multa máxima admissível seria de 30% do tributo.

Processo n.º 10920.002673/2005-99  
Acórdão n.º 201-79.795

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
CONFERE COM O ORIGINAL  
Brasília, 08 / 02 / 07  
Mircia Cristina Moreira Garcia  
13.02.2007

CC02/001  
Fls. 149

Por fim, requereu a suspensão do processo de representação penal.

O arrolamento de bens constou da fl. 130.

É o Relatório.



MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília, 08 / 02 / 07 Márcia Cristina Moreira Garcia Mat. N.º 11.752
-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

## Voto

Conselheiro JOSÉ ANTONIO FRANCISCO, Relator

O recurso é tempestivo e satisfaz os demais requisitos de admissibilidade, dele devendo-se tomar conhecimento.

Relativamente às Declarações de Compensação, foram objeto do Acórdão nº201-79.524, julgado em sessão de 23 de agosto de 2006, que manteve o entendimento do Acórdão de primeira instância, negando provimento ao recurso da interessada.

Daquela Acórdão constou o seguinte do relatório:

*"O pedido referiu-se a declarações de compensação de PIS e Cofins, apresentadas no período entre 10 de dezembro de 2003 e 29 de abril de 2004, relativamente a créditos dos períodos de 10 de fevereiro de 1999 a 15 de janeiro de 2004, e débitos de IPI, PIS e Cofins, que foram não homologadas pelo despacho de fls. 529 a 539, que considerou não haver créditos, em face de decisões judiciais contrárias ao pedido da interessada, e ser cabível multa qualificada, por ter havido intuito de fraude."*

No caso, a despeito da falta flagrante de liquidez e certeza dos referidos créditos, conforme apontado no voto, verificou-se, ademais, que a interessada informou, nas declarações apresentadas, não se tratar de créditos com origem em ação judicial.

Dessa forma, ficou constatada a conduta prevista na Lei nº 8.137, de 1990, art. 2º, I, consistente em *"fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo"*.

Na referência do art. 44 da Lei nº 9.430, de 1996, e do art. 18 da Lei nº 10.833, de 2003, trata-se da disposição do art. 72 da Lei nº 4.502, de 1964, que define fraude como a ação ou omissão dolosa, tendente a *"excluir ou modificar" as características essenciais do fato gerador, "de modo a reduzir o montante do imposto devido, a evitar ou diferir o seu pagamento"*.

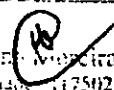
Poder-se-ia alegar que, no caso, a declaração (de compensação) não se referiu ao fato gerador da obrigação tributária, mas apenas a hipótese de extinção do crédito tributário, o que não estaria abrangido pelo mencionado art. 72.

Entretanto, a compensação envolve duas obrigações recíprocas de natureza tributária, que se referem ao crédito e ao débito compensados.

No caso, não houve fraude em relação ao débito, mas houve em relação ao crédito, de forma que os aspectos relacionados ao fato gerador do crédito também comportam a prática de fraude, na forma definida no art. 72 da Lei nº 4.502, de 1964.

É certo que para que exista o crédito do sujeito passivo, relativamente a tributo ou contribuição federal, as circunstâncias relativas à ocorrência do fato gerador ou a alguma situação prevista em lei que implica não ser devido o tributo devem ser objeto de análise da autoridade fiscal.

Processo n.º 10920.002673/2005-99  
Acórdão n.º 201-79.795

MF - SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUENTES CONFERE COM O ORIGINAL Brasília <u>08 102 107</u> Márcia Cristina  Garcia Mat. Supl. 117502
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

CC02/C01 Fls. 151
----------------------

Dessa forma, ao informar que os pagamentos seriam indevidos, de forma a justificar os créditos, o sujeito passivo pratica conduta passível de representar fraude.

Se a interessada informasse na DComp a existência da ação judicial, seria obrigada a informar se houve ou não trânsito em julgado da ação. Caso informasse a inexistência de trânsito em julgado, o programa gerador da declaração impediria a sua transmissão pela Internet, o que obrigaria a interessada a apresentar a declaração em formulário.

Agindo assim, seria constatado de imediato, na apresentação da declaração em formulário, que os créditos não eram passíveis de compensação, o que, ao final, frustraria a pretensão da interessada.

Ao disfarçar os aspectos das informações relativas aos créditos, como não oriundos de ação judicial, a contribuinte fez ser permitida a declaração e a recepção eletrônica da declaração, de forma que evitou procedimentos de análise dos créditos informados. Dessa forma, se esgotado o prazo para homologação expressa, as compensações seriam homologadas tacitamente e o crédito tributário seria extinto.

Portanto, tratou-se de procedimento fraudulento.

À vista do exposto, voto por negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 2006.

  
JOSÉ ANTONIO FRANCISCO 